



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



**A crise do capitalismo contemporâneo – Diálogos com Wolfgang
Streeck**

ALUNA: LETÍCIA DE OLIVEIRA SOUSA

ORIENTADOR: JOSÉ DARI KREIN

Campinas, 2018.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



A crise do capitalismo contemporâneo – Diálogos com Wolfgang Streeck

LETÍCIA DE OLIVEIRA SOUSA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof^o José Dari Krein.

Campinas, 2018.

RESUMO

Esta monografia tem como principal objetivo analisar a configuração do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em seu sentido como sistema financeiro, e também social, analisando algumas transformações na sociedade e na democracia. O estudo parte da obra de Wolfgang Streeck sobre o capitalismo e seu iminente fim, analisando a formação dos Anos Dourados e as crises subsequentes. Por fim, discorre sobre a tese de Wolfgang Streeck sobre o fim do capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo, crise econômica, crise democrática, Wolfgang Streeck.

ABSTRACT

This undergraduate thesis has as main objective to analyze the settings of capitalism since the end of the Second World War, as a financial system and also its transformations within the society and democracy. This study is based on the work of Wolfgang Streeck about capitalism and its foreseeable end, analyzing the grounding of the Golden Age and its subsequent crises. At last, discusses Wolfgang Streeck's thesis regarding the end of capitalism.

Keywords: Contemporary capitalism, economic crisis, democratic crisis, Wolfgang Streeck.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por período 1870-1998 (em %)	8
TABELA 2 – Evolução dos salários reais por trabalhador (países selecionados, 1953-1973, base 1953-100)	8

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Índice de Inflação Anual (em %)	17
FIGURA 2 – Endividamento público em relação ao PIB (em %)	22
FIGURA 3 – Endividamento das famílias em relação ao PIB (em %).	26
FIGURA 4 – Rendimentos antes de impostos em relação ao PIB do 1% mais rico e 50% mais pobre nos Estados Unidos (em %)	29

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	2
2 – OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	4
2.1 – Os Anos Dourados do capitalismo pós-guerra	4
2.2 – A pujante sociedade dos Anos Dourados e suas transformações em curso.....	9
3 – AS CRISES DO FINAL DO SÉCULO XX	13
3.1 – Anos 1970: A ruptura do Capitalismo com o Estado	13
3.2 – Anos 1980: Endividamento público	20
3.3 – Anos 1990 e 2000: Endividamento privado e Crise Financeira	24
4 – O FIM DO CAPITALISMO	28
5 – CONCLUSÃO.....	33
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 – INTRODUÇÃO

Wolfgang Streeck analisa que o capitalismo está em seu iminente fim, pois irá morrer do seu próprio sucesso, de overdose dele mesmo. Em suas bases atuais não consegue prosperar, criam-se intermináveis crises após crises, e esse movimento começou desde o fim dos Anos Dourados, no começo dos anos 1970.

Essas crises não devem ser pensadas apenas no ponto de vista financeiro. Mas reverberam para todos os aspectos da vida em sociedade. O sistema capitalista como provedor de coesão social e meio para estabilizar a vida em sociedade também está em crise. A crise, além de financeira, é moral. A lógica insaciável capitalista está em plena expansão desde que os acordos firmados no pós-guerra que almejavam controlar esses impulsos do sistema foram rompidos. Desde então, o capitalismo tem sido cada vez mais bem-sucedido, contando com incríveis revoluções tecnológicas e um complexo sistema de divisão internacional do trabalho inimagináveis.

Contudo, o sucesso do capitalismo não pode ser medido para todos. O Estado, em especial, perdeu gradativamente sua soberania e poderio. O poder Estatal enfrenta desafios nunca antes vistos: governar um sistema que foge de suas fronteiras e, também, de manter índices de confiabilidade de diversos e vários acionistas, e não dos seus eleitores.

E a população também sofre com o capitalismo, ao passo que o sistema produz crises após crises. As taxas de crescimento estão em declínio, há aumento dos indicadores de desigualdade e a piora geral na qualidade de vida. O capitalismo mostrou que não precisa favorecer a população para crescer.

Partindo da análise feita por Streeck, o tema de análise desse trabalho é a configuração do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Não apenas em uma lógica financeira, mas também social, das transformações vistas no processo democrático. O estudo é centralizado nas economias centrais do capitalismo, devido ao corte geográfico de estudo de Wolfgang Streeck.

A adoção deste tema se mostra ainda mais relevante no contexto conjuntural que estamos vivendo no Brasil, em que, para alguns, a manutenção do sistema capitalista está ameaçada por grupos sociais e políticos. O que fortalece o discurso neoliberal de

livre mercado e privatizações, em detrimento de proteções sociais, da manutenção do emprego e renda, e do trabalho regulado.

Este estudo, além dessa introdução e a conclusão, é composto por uma visão geral do capitalismo nos Anos Dourados, no Capítulo 2, exemplificando suas mudanças estruturais e sociais. No seguinte Capítulo 3, pretende-se explorar mais as crises do capitalismo desde os anos 1970, decorrendo sobre a visão de Streeck em comparação a outros autores. Por fim, no Capítulo 4, analisa-se a tese do Streeck sobre o fim iminente do capitalismo.

2 – OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

2.1 – Os Anos Dourados do capitalismo pós-guerra

O capitalismo após a Segunda Guerra Mundial e, até as crises dos anos 1970, viveu um período excepcional de crescimento e melhora da qualidade de vida, conhecido como Anos Dourados. Segundo Streeck (2018), esse período contou com uma aliança tecnocrática entre o controle do governo e de grandes empresas, era vista pelos teóricos do Capitalismo Tardio como uma solução para superar a tendência à crise econômica do capitalismo e, ao mesmo tempo, garantir o crescimento estável. E, nesse cenário, o capitalismo encontrara o caminho do meio com o comunismo. O capitalismo precisava de mais planejamento para evitar crises, e o comunismo precisava de mais mercado. O capitalismo com intervenções, regulado pelo Estado, aparentava ser uma nova possibilidade viável. (STREECK, 2018).

Os Estados Unidos, no final da Segunda Guerra Mundial, já estavam posicionados como principal player da ordem internacional, com uma superioridade econômica incontestável. Enquanto os países europeus contavam com perdas humanas e materiais gigantescas, as fábricas americanas cresciam cada vez mais e o país havia se transformado em uma nação ainda mais rica e poderosa. (MAZZUCHELLI, 2013).

A Guerra Fria criou um mundo dividido em dois blocos de áreas de influência e os Estados Unidos se tornaram líderes da parte capitalista. A primeira ação como país hegemônico foi reerguer as economias capitalistas destruídas pela guerra, lançando o Plano Marshall e revisando o projeto punitivo para o Japão. (MAZZUCHELLI, 2013).

A segunda, foi garantir a segurança do Ocidente, aumentando gastos públicos com a defesa, bases militares e o engrandecimento do complexo industrial-militar na vida econômica do país. (MAZZUCHELLI, 2013). A Guerra Fria, nesse sentido foi um fator de estabilidade nas relações políticas mundiais, havia um acordo entre as duas superpotências que a intervenção militar ocorreria apenas se ultrapassassem suas zonas de influência. (MAZZUCHELLI, 2014).

Os receios em relação aos desdobramentos da Guerra da Coreia precipitaram em um boom na economia mundial, aumentando a demanda internacional por matérias-primas e bens de capital. A Alemanha Ocidental, nesse momento, se lançou como uma máquina industrial. O Japão contou com um volume maior de compras feitas pelos Estados Unidos, o que formou um ciclo de quatro anos de crescimento acelerado, e sendo uma base importante do poder americano no Pacífico. (MAZZUCHELLI, 2013).

Os Anos Dourados representaram um capitalismo que era ordenado e disciplinado. Os fluxos internacionais de capitais eram controlados, o crédito era direcionado para a estrutura produtiva, o Estado cumpria bem seu papel de regulador, os sindicatos e empresários colaboravam e entravam em acordos. (MAZZUCHELLI, 2014).

Para a Europa Ocidental, as três décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial foram “gloriosas”, o crescimento econômico e padrões de consumo aumentaram significativamente, se aproximando aos padrões americanos. Esse movimento do pós-guerra pode ser visto como uma inversão da História das décadas anteriores. A liberalização comercial foi substituída por aumento de gastos e do orçamento público, com crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura e maquinaria, construindo ou modernizando estradas, ferrovias, casas e fábricas. (JUDT, 2008).

O crescimento do PIB foi maior no setor de serviços, enquanto a agricultura se reduziu continuamente, a Itália, França e Irlanda, se transformaram de uma economia agrícola para uma economia de serviços, não passando por um estágio industrial que a Grã-Bretanha e Bélgica passaram por quase um século. Essa passagem de trabalho rural para urbano explica muito o crescimento desse período. (JUDT, 2008).

Além disso, o Estado teve um papel de extrema importância no financiamento de infraestrutura de grande escala, que estariam fora do alcance da iniciativa privada ou investimento privado. A atuação do Estado se deu de forma diferenciada por todos os países europeus, mas nunca foi insignificante. E isso já era esperado pelo consenso da população que após a guerra almejava um certo planejamento econômico e “Estado providenciário”, que defendia o interesse comum pela autopreservação e defesa. Formou-se assim, um ciclo virtuoso com gasto público elevado, tributação progressiva e aumentos salariais limitados. (JUDT, 2008). Com a proteção americana,

a Europa pode aproveitar de uma estabilidade que não conhecia há tempo, e, com isso, focou esforços na sua reconstrução. (MAZZUCHELLI, 2014).

Os Anos Dourados representaram um período atípico do capitalismo em que as tendências a crises se cessaram. Muito disso se deveu a subordinação da economia à política, do capitalismo ao Estado. Os motivos dessa subordinação se remetem ao momento histórico da Guerra Fria, a União Soviética representava uma ameaça real ao capitalismo que precisou se transformar, ser mais progressista. Além disso, as recentes crises econômicas e guerras, clamavam por instituições fortes capazes de impedir que o capitalismo promova catástrofes, em um mundo que havia uma alternativa. (MAZZUCHELLI, 2013).

A Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, firmou o padrão monetário internacional que vigorou até 1971. O padrão ouro-dólar estabelecido no pós-guerra foi essencial para o crescimento expressivo dos Anos Dourados, pois com ele surgiu a moeda-crédito. A conversibilidade da moeda americana ao ouro trouxe um grau de credibilidade antes faltante no sistema monetário, criando um ambiente propício para o aumento do crédito das famílias e do Estado. O FED, Banco Central Americano, proporcionou as atividades bancárias de crédito, impulsionando a “economia do endividamento”. O que sustentou não somente a ampliação dos investimentos diretos, mas também a diversificação do consumo das famílias. (MATTOS, 2004).

O padrão monetário firmado em Bretton Woods não contava com uma moeda efetivamente internacional, desvinculada de países. Portanto, a liquidez do sistema ficou a cargo da nação hegemônica, os Estados Unidos, por meio da expansão do déficit de seu balanço de pagamentos. E essa expansão fazia parte da estratégia americana de expandir para novos mercados, internacionalizar grandes empresas e, em contexto de Guerra Fria, expandir gastos militares no exterior. (MATTOS, 2004).

O ciclo de liquidez e reconstrução de mercados internos dos países europeus e Japão, criou oportunidades para o catching up, ou seja, diminuir a distância do produto interno desses países em relação a nação hegemônica, os Estados Unidos. A ampliação da massa salarial e do crédito para famílias construiu um ambiente favorável para o aumento da escala de produção industrial e aumento da demanda por bens de consumo duráveis, que estava reprimida desde a Segunda Guerra. (MATTOS, 2004).

Os Anos Dourados foram marcados por mercados oligopolizados, expansão expressiva do mercado de consumo de massas e ganhos de escala em produtores de bens intermediários e bens de capital. Os sindicatos fortalecidos promoveram acordos salariais que garantiram o crescimento do salário real em linha com a produtividade, o que para as empresas trouxeram dois grandes benefícios. De um lado, aumentou-se a capacidade de consumo das famílias, permitindo a expansão da capacidade produtiva, pois o aumento de renda dos trabalhadores gerou uma demanda efetiva crescente, viabilizando a continuidade de investimentos produtivos. E, por outro, formou-se um ambiente mais planejado e estável para os setores oligopolizados, permitindo a previsão de custos salariais e, com a estratégia de formação de preços via mark-up, previsão também de custos e margens de lucro. (MATTOS, 2004).

O Plano Marshall iniciou um processo de recuperação industrial e de infraestrutura, essencial para que houvesse a retomada de investimento privado nos países europeus. O investimento público se favoreceu do aumento da arrecadação tributária por parte dos Estados. (MATTOS, 2004).

O consumo de massa, a consolidação do consumo fordista – ou seja, combinação entre o consumo de massa e produção em massa – foi essencial para o aumento do nível global de emprego e as taxas de salário reais. Tendo como base o pacto socialdemocrata, os contratos de trabalhos coletivos deram mais segurança no trabalho e permitiram que houvesse um maior planejamento dos gastos familiares, que foram bem favorecidos com os mecanismos de financiamento ao consumo. (MATTOS, 2004).

O Welfare State consolidado nesta época incorporou uma quantidade significativa de desempregados e inativos no mercado de consumo, por meio de políticas de transferência de renda, representando um elemento importante para a sustentação da Demanda Agregada. (MATTOS, 2004).

O crescimento expressivo dessa época só pode se estabelecer devido ao comprometimento do Estado keynesiano, que passou a assumir novas funções no pós-guerra, com o pleno emprego e ampliação contínua da demanda agregada. O Estado teve um papel importante de estabelecimento das condições favoráveis ao investimento no setor produtivo, agindo como mediador na relação capital e trabalho,

assegurando o pleno emprego. Além da função de planejamento, o Estado agiu de forma anticíclica, distribuindo a produtividade social, aumentando gastos públicos com a Seguridade Social, diminuindo significativamente a desigualdade de renda no período. (MATTOS, 2004).

TABELA 1 – Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por período 1870-1998 (em %)

Países	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-1986	1990-1998
Estados Unidos	4,2	4,2	2,8	3,9	2,5	2,5
Grã-Bretanha	2,0	1,9	1,3	3,0	1,4	1,9
Alemanha	2,0	2,8	1,3	6,0	1,9	2,4
França	1,3	1,6	1,1	5,2	3,2	1,7
Itália	n.d.	1,5	1,4	5,6	2,3	1,3
Japão	0,3	2,5	2,2	9,2	3,7	1,1

Fonte: Mattos, 2004.

Os Estados Unidos durante os Anos Dourados não tiveram uma taxa de crescimento muito expressiva, além das altas taxas de crescimento que já havia apresentado. Na verdade, ela foi a menor dos países do centro, com exceção da Grã-Bretanha. Essa época foi para os EUA de relativo retrocesso tecnológico, e não avanço, já que os países destruídos pela guerra estavam o alcançando. (HOBSBAWM, 1995).

Apesar dessas altas taxas de crescimento, ele somente se tornou palpável para a população, formando uma sociedade de pleno emprego, na década de 1960, em que a média de desemprego se apresentava mais baixa, em torno de 1,5%. (HOBSBAWM, 1995).

O volume de exportações depois da Segunda Guerra Mundial cresceu muito, os Estados Unidos quadruplicaram esse índice entre 1950 e 1970, os países estavam comercializando cada vez mais. Porém, os Anos Dourados, foi uma época internacional e não transnacional, na medida que a principal parcela da atividade econômica estava centrada nos respectivos mercados internos. Essa tendência foi modificada a partir da década de 1960, em que a economia se tornara realmente mundial. As empresas não possuíam base ou fronteiras determinadas, o que resultou em uma nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento externo offshore. (HOBSBAWM, 1995).

TABELA 2 – Evolução dos salários reais por trabalhador (países selecionados, 1953-1973, base 1953-100)

Salários Reais						
Países	1953	1955	1960	1965	1970	1973
EUA	100,0	104,3	117,4	129,7	144,9	154,6
Alemanha	100,0	111,0	133,5	182,3	239,2	275,8
Itália	100,0	10,1	140,0	197,3	266,7	316,3
França	100,0	92,3	111,5	147,2	180,2	209,0
Reino Unido	100,0	103,8	123,2	139,4	163,7	185,4

Fonte: Mattos, 2004.

2.2 – A pujante sociedade dos Anos Dourados e suas transformações em curso

No século XIX, os direitos modernos dos cidadãos se conflitavam com os direitos antigos de defender o reino, portanto, a relação do Estado e Sociedade era uma constante acomodação entre as exigências políticas do povo, e as necessidades militares do Reino. Movimento que se interrompeu no Estado após a Segunda Guerra Mundial, o Estado servia seus cidadãos por meio de benefícios sociais e estratégias econômicas. (JUDT, 2008). A lembrança de um longo período de conflitos e miséria estava presente na sociedade do pós-guerra, que estava compromissada com a busca pelo pleno emprego e a manutenção do Estado de Bem-Estar Social. (MAZZUCHELLI, 2014).

Os jovens dos Anos Dourados cresceram com esses novos nexos de solidariedade e segurança social, não havia o medo do desemprego e incerteza em relação ao futuro. O que os possibilitou terem uma visão abrangente e crítica do mundo. (MAZZUCHELLI, 2014).

A guerra influenciou grandemente a revolução tecnológica que a seguia. A demanda elevada de produtos de alta tecnologia desse período contou com vários processos revolucionários que foram, depois, inseridos no mundo civil. Como, radar, motor a jato, e outras ideias que impulsionaram a eletrônica e tecnologia da informação. (HOBBSBAMW, 1995).

A sociedade dos Anos Dourados foi essencialmente modificada pelo novo modelo de produção industrial. Povos que estavam há décadas em transição para a vida urbana,

do meio rural, foram bombardeados por novas formas de se relacionar com o Estado, consumir e viver. (STREECK, 2016).

A produção em massa de bens industrializados padronizados, que fora produzida pelo fordismo, necessitava de uma sociedade relativamente padronizada, que não os utiliza para obter diferenciação de status social. Nesse sentido, o consumidor tem experiências iguais em sua relação com o Estado e o mercado. Por mais que os bens oferecidos pelo o Estado fossem públicos e coletivos, e pelo o mercado, individuais e privados, a experiência de ambos era a mesma. Podia-se prever esperas, filas e bens padronizados para ambos. (STREECK, 2016).

Porém, a partir dos anos 1970, o mercado de bens de consumo duráveis começara a apresentar sinais de esgotamento. Eletrodomésticos padronizados não são facilmente trocados por famílias, e uma vez a casa mobiliada, não havia necessidade desse gasto. Os limites do capital, que naquele momento verificava que não conseguira sustentar altas taxas de crescimento apenas com compras de reposição, forçou uma reestruturação dos processos de produção e as linhas de produtos. A inovação da época, com pesquisa e desenvolvimento, estava focada em encurtar o ciclo de produção, reduzindo a vida útil dos bens com auxílio das tecnologias de microeletrônica. (STREECK, 2016).

Ao mesmo tempo, outra grande transformação estava em curso no mercado de trabalho. A entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho remunerado e a internacionalização da produção, resultou em um aumento significativo da oferta da mão-de-obra. As novas tecnologias, dispensavam parte do trabalho manual empregado, e àquele que não era possível ser removido foi transferido para a periferia do capitalismo, onde havia mão-de-obra barata e mais dócil. (STREECK, 2016).

A capacidade produtiva da economia mundial teve elevado crescimento nesse período. O comércio de produtos industrializados contou com um boom após 1953, aumentando em mais de 10 vezes entre 1953 e 1970. E, apesar da Era de Ouro do Capitalismo ter sido concentrada nas economias dos países centrais capitalistas, que representavam o maior mercado produtor e consumidor, a revolução industrial não estava restrita a regiões em específico. A divisão do trabalho se tornou mais complexa e internacional. (HOBSEBAWM, 1995).

Os grandes lotes de produtos padronizados foram divididos em subprodutos diferenciados. E para isso, houve uma alteração do perfil de consumo. As mercadorias vendidas eram únicas, individualizadas, incentivando o desejo de cada consumidor. E, ao mesmo tempo, aumentando significativamente o valor da produção industrial, pois, quanto mais o produto alcançava as preferências dos consumidores, mais eles estavam dispostos a pagar. (STREECK, 2016).

O cotidiano das pessoas, ricas e pobres, foi radicalmente modificado nesse período de terremoto tecnológico, já que todos tiveram acesso as novas tecnologias de alguma forma, seja por sandálias de plástico e rádios, mas também, o uso de materiais naturais em roupas, móveis e nas cozinhas contou com uma enorme redução. E essa revolução tecnológica entrou na mente do consumidor, na medida que era uma estratégia de marketing. Tudo que é novo, não apenas é melhor, como uma inovação revolucionária. Um aspecto importante dessas inovações é que havia um interesse na miniaturização, para que o produto tivesse portabilidade, ampliando seu alcance e mercado em potencial. (HOBSBAWM, 1995).

A individualização exacerbada a favor da expansão comercial teve consequências na vida social. A forma antes tradicional, da família como base social, estava perdendo forças nessa sociedade moderna dos anos 1970 e 1980, permitindo que os mercados ocupassem esse vácuo social. O que abriu espaço para uma nova forma de socialização. O ato da compra é realizado de uma forma que o indivíduo se autoidentifica e autoapresenta, se distancia de alguns grupos e se une a outros grupos sociais. Não é uma socialização feita por negociação ou cessão, como havia em outras coesões sociais, mas feita de forma mais direta, voluntária, monológica e individual. (STREECK, 2016).

Em oposição as formas de sociabilidade tradicionais, como a família, o bairro, ou a nação, as identidades sociais passam existir por meio de vínculos mais fracos. O que permite com que indivíduos passem de grupos sociais a grupos, sem pressões para explicarem as mudanças. A nova sociedade não tem fronteiras, consome uma enorme variedade de produtos de todo o mundo. (STREECK, 2016).

Essa profunda alteração, evidentemente, afetou o relacionamento com o Estado, em comparação as inovações ocorridas pelo lado da relação com o mercado. A coexistência com mercados altamente dinâmicos criou um enorme gap entre Estado

e mercado. Somente a via privada é capaz de suprir as necessidades dos consumidores cada vez mais exigentes, restando ao Estado o papel de não atrapalhar, permitindo a livre iniciativa das empresas privadas e privatizando algumas funções do escopo estatal. Apenas com isso, os consumidores acreditavam que poderiam obter o melhor do que há disponível. (STREECK, 2016).

O descrédito do Estado incorria em uma grande injustiça. Os bens públicos e privados possuem características intrinsecamente divergentes. Os bens públicos não podem ser personalizados e devem atender aos interesses coletivos, da solidariedade social, justiça distributiva e deveres e direitos gerais. A condição de cidadão não pode ser comparada com a condição de consumidor, pois é necessária uma visão do coletivo, já que os resultados não são ideias do ponto de vista individual. (STREECK, 2016).

A política não conseguiu, e nem conseguirá, passar por transformações que o capital e os mercados passaram após a era fordista. A política se sujeita a vontade geral, em sobreposição as vontades individuais. Os seus produtos, por mais que se modifiquem ao passar do tempo, com novas formas de coesão social, não possuem um processo de inovação como os produtos do mercado. (STREECK, 2016).

E a principal consequência social disso é a apatia política, o profundo sentimento que o Estado não consegue suprir as necessidades individuais de cada um. Além disso, vale ressaltar que as classes mais abastadas e médias, conseguem transferir boa parte do consumo público para o privado, porém, os mais pobres que dependem da atuação do Estado são fortemente afetados com o desgaste da esfera pública. (STREECK, 2016).

3 – AS CRISES DO FINAL DO SÉCULO XX

3.1 – Anos 1970: A ruptura do Capitalismo com o Estado

O fim dos Anos Dourados

O capitalismo está em uma trajetória decadente desde os anos 1970, com a sequência de crises: inflação global na década de 1970, explosão da dívida pública na década seguinte e crescimento da dívida das famílias e empresas privadas nos anos 1990. Essa sequência de crises, que Hobsbawm denomina como Décadas de Crise, resultou no colapso do mercado financeiro em 2008. (STREECK, 2016).

As três crises começaram como uma solução conveniente aos conflitos existentes, mas se transformaram em problemas, gerando inflação, dívida pública e dívida privada. Streeck (2018) teoriza que a crise contemporânea do capitalismo, que se inicia no século XXI, é uma crise de caráter econômico e político. Podendo apenas ser entendida se percebida como o ápice de um processo que se iniciou com o término do período dos anos 1960, os Anos Dourados do capitalismo.

O período compreendido entre o final da década de 1960 e 1975 foi um período transitório, quando a ordem política mundial estabelecida no pós-guerra teve seu fim. É marcado por greves gerais, paralisações, crises do petróleo, crises do desenvolvimento capitalista. (STREECK, 2018).

O fim dos Anos Dourados representou o término da aliança tecnocrática entre o controle do governo e de grandes empresas. Streeck considera que os teóricos subestimaram o capital como agente político, uma força capaz de assumir estratégias, e superestimaram a capacidade do Estado de agir e planejar. (STREECK, 2018).

Nesse período houve um aumento da tensão entre capitalismo e democracia. O capital se revoltou com as restrições impostas a ele desde o final da II Guerra Mundial, resultando no fim de Bretton Woods. A base do capitalismo moderno foi transferida da política para o mercado, o que tornou o capitalismo imune da democracia de massas, e o povo perdeu seu poder de barganha. (STREECK, 2018).

Com o fim da ordem política do pós-guerra, o capitalismo se transformou em um mercado “autorregulado”. A experiência neoliberal revitalizou a dinâmica capitalista de

acumulação por meio da desregulamentação, privatização e expansão do mercado para além de limites nacionais. (STREECK, 2018).

Estudiosos da Escola de Frankfurt nos anos 1960 e 1970 diziam que a crise iminente do capitalismo era devido a sua legitimação, o seu colapso não seria do lado econômico, já que o Estado interviria, mas em sua integração social. A tese era que, garantindo a existência material das pessoas, há uma libertação para necessidades não materiais, de autossatisfação, autorrealização, assim, seria difícil inseri-las em um ambiente coercitivo que o capitalismo exige. A democratização de todos os aspectos da vida, aumento da participação política, aumento dos meios de comunicação, tudo isso iria fortalecer as massas, cada vez mais escolarizadas, e ocorreria a revolta ao capitalismo. Todavia, Streeck observa que vivemos o oposto, a sociedade não rejeitou o capitalismo, mas sim o capital rejeitou o capitalismo dos Anos Dourados e suas organizações, organizadores e proprietários. (STREECK, 2018).

Embora a luta contra o consumismo estivesse presente nas manifestações dos estudantes em 1968, pouco tempo depois o mundo passava por uma expansão inédita dos mercados de bens de consumo, sem grandes manifestações. Instaurando um período de consumismo nunca antes visto. (STREECK, 2018).

Em relação a entrada de mulheres no mercado de trabalho, o trabalho feminino foi usado como uma justificativa para desregulamentação do trabalho. As mulheres não identificaram o trabalho precário e alienado que se inseriram. Na verdade, o trabalho para a mulher era uma forma de inserção social antes não vista. As mudanças na sociedade devido ao aumento do nível de trabalho assalariado feminino foram significativas, como o aumento do número de divórcios e diminuição da natalidade. (STREECK, 2018).

O trabalho assalariado, portanto, não entrou em crise, como imaginavam os teóricos da Escola de Frankfurt. Streeck analisa, que o mercado de trabalho se transformou em um meio para a identificação personalizada dos trabalhadores com os objetivos da empresa, com a missão e valores. (STREECK, 2018).

A sociedade se mostrou estável ao capitalismo do pós-guerra, mas isso não foi verdadeiro em relação ao capital. O capital se revelou como um agente, um jogador. As teorias de crise não consideravam a possibilidade de partir do capital a retirada de legitimidade do capitalismo democrático, mas, segundo Streeck, o capital iniciou um

processo de evasão das regulações impostas na ordem do pós-guerra. (STREECK, 2018).

Streeck teoriza que a crise de legitimação e quebra das expectativas foi no eixo do capital, e não do Estado ou dos dependentes de salário, os trabalhadores. O sistema capitalista necessita atender as expectativas dos detentores de capital, o que não é necessariamente verdade para os dependentes de salário. Ao lado do capital e dependentes de lucro, houve um descontentamento com a democracia e as suas obrigações. As “greves de investimento” dos capitalistas, que poderiam investir e promover crescimento econômico e emprego, mas não o fazem pela falta de confiança no mercado e situação econômica. A política econômica negocia um certo equilíbrio entre o capital e as suas exigências em relação a sociedade, de um lado, e de outro, expectativas salariais e de emprego dos trabalhadores, de outro. (STREECK, 2018).

Cabe salientar o momento histórico do início dos anos 1970, em que a Guerra Fria já não se mostrava mais como uma ameaça e deixou de ser um elemento de unificação dos países capitalistas, pois não havia mais um inimigo comum a ser combatido. (MAZZUCHELLI, 2014).

Como ordem social, o capitalismo necessita de negociação e transformação, para ser formada e legitimada entre seus agentes. A princípio, está sempre em ameaça de ruptura. O acordo pós-guerra do capitalismo democrático mostrou indícios de seu fim no início dos anos 1970. O capitalismo logo após a II Guerra Mundial estava em uma situação defensiva, não seria automático a sua busca de lucros, teria que passar por um esforço maior, e uma classe trabalhadora que foi fortalecida na guerra e com o aumento da concorrência. (STREECK, 2018).

A teoria keynesiana de capitalismo com Estado intervencionista possibilitou uma integração entre lucro e a economia liberal estabilizada. A proteção à imprevisibilidade do mercado, a garantia que os trabalhadores teriam emprego e renda eram essenciais para a manutenção do sistema capitalista naquela época. Resultando, no longo prazo, o desaparecimento histórico progressivo do capitalismo, num mundo com taxas de juros e margens de lucro permanentemente baixas. (STREECK, 2018).

Essa fórmula que antes havia feito muito sucesso foi desmantelada pelos donos de capital. Os governos queriam manter formas de planejamento e os trabalhadores não queriam perder direitos conquistados. Porém, o capital transformou suas expectativas,

e estava insatisfeito com os lucros constantemente baixos e uma infraestrutura basicamente pública. E isso, havia sido adiantado por Kalecki ao analisar o modelo de Keynes, achava que o capital poderia ter alguma forma de resistência. O pleno emprego deixaria os trabalhadores com mais poder de barganha e atrevidos, pois esqueceriam da miséria anteriormente passada. Nesse cenário, é do interesse do capital que haja desemprego estrutural, pois então os trabalhadores estariam mais domados. (STREECK, 2018).

Nos pulsantes anos 1970, os capitalistas começaram uma longa luta pela reestruturação do capitalismo, com o objetivo de liberalizar e expandir mercados, já que por meio do Estado democrático-social, não havia como aumentar seus lucros e poder, fugiu-se, então, para o mercado. E foi muito bem-sucedido, já que os elementos centrais do capitalismo pós-guerra foram questionados. (STREECK, 2018).

O movimento de marginalização dos sindicatos ocorreu simultaneamente a graves crises. O que fez com que reformas de cunho liberal, flexibilização, reformas em previdências sociais, ocorressem sem maiores dificuldades. No caso de uma situação adversa, ainda havia a possibilidade de mobilidade do capital para além de fronteiras nacionais. (STREECK, 2018).

É notável como o neoliberalismo encontrou pouca resistência nos países ocidentais, o desemprego estrutural começou a ser tido como normal, a alteração de mercados voltados aos clientes e a atuação do marketing garantiram a lealdade dos trabalhadores para o trabalho e desempenho da população, que não se rebelaram. (STREECK, 2018).

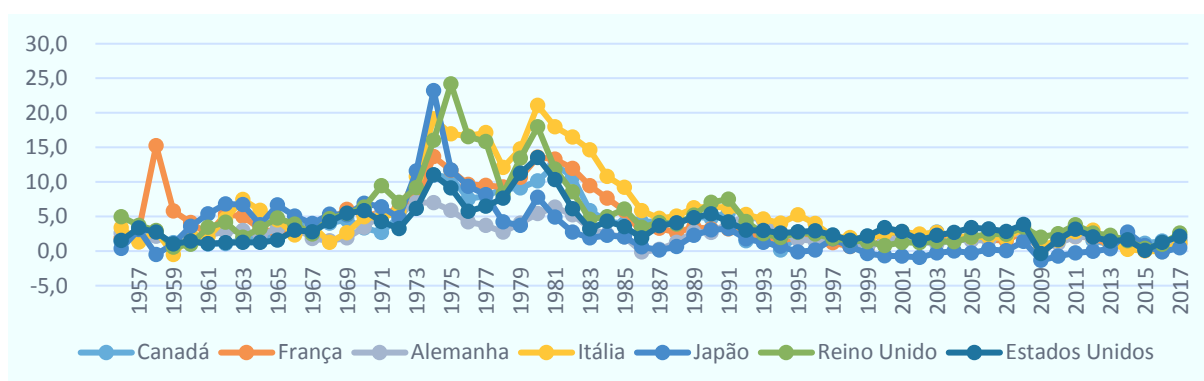
Contudo, a onda neoliberal ainda necessitou de uma legitimação social. Para conter a militância salarial, voltou-se a política monetária, que acomodou aumentos salariais para além da produtividade, elevando taxas de inflação e causando uma ilusão monetária, que o bolo a distribuir estivesse maior. Com o fim da inflação, os donos de capital reduziram seus investimentos ou fugiram para outras moedas. A moeda fiduciária atua bem nesse sentido, como sua quantidade pode ser determinada pela política, por meio do poder público. Fez-se então, a troca do crescimento real pelo o nominal (STREECK, 2018).

Esse processo terminou no final da década de 1970, com o surgimento da estagflação. Nesse novo momento, medidas radicais para estabilização foram tomadas, como o

choque da taxa de juros americana, que diminuíram rapidamente os níveis de inflação no mundo todo, até os dias de hoje nas economias centrais, mas, ao custo do elevado endividamento público. (STREECK, 2018).

A crise e o baixo crescimento trouxeram à tona novamente a um problema de legitimação do capital. A estabilização monetária, redução das altas taxas de inflação, constituiu um movimento político altamente arriscado, que somente se realizou por governos que aceitaram taxas de desemprego altas por uma moeda estável. (STREECK, 2018).

FIGURA 1 – Índice de Inflação Anual (em %)



Fonte: OECD. Elaboração própria.

A desigualdade nas economias desenvolvidas aumentou inquestionavelmente nas Décadas de Crise, devido ao fim das práticas de aumentos salariais instituídas nos Anos Dourados. As poucas movimentações sociais nesse período podem ser explicadas pelos sistemas de previdência e seguridade social da Era de Ouro, e, pois, os países capitalistas estavam muito mais ricos do que nunca. Porém, os gastos assistencialistas subiam mais do que as receitas do Estado, em um período cujo crescimento das economias era consideravelmente mais lento que apresentado antes de 1973. (HOBSBAWM, 1995).

“O fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era de Ouro, a política do governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de Crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos.”

(HOBSBAWM, 1995, pág. 315).

Os políticos, empresários ou economistas da época, não perceberam essa alteração significativa na conjuntura econômica, cujos programas de governo e políticas estatais partiam do pressuposto que a crise enfrentada na década de 1970, e seus problemas, eram apenas temporários. Ou seja, não havia necessidade de mudar os programas que funcionaram tão bem nas décadas passadas. Foi assim que os países centrais estavam apenas comprando tempo, aplicando as conhecidas políticas keynesianas de administração econômica. (HOBBSBAWM, 1995).

Mészáros também analisa que crises econômicas para keynesianos e o mainstream do pensamento econômico são analisadas apenas como contratempos, tudo que deve ser feito é recuperar a forte regulação e ideias keynesianas, pois a crença que capitalismo regulado funciona perfeitamente está bem enraizada. Porém, a Crise de 2008 foi bem contrário a apenas um contratempo. A Inglaterra estava há anos praticando o esbanjamento financeiro, devido à crise estrutural do sistema produtivo. A acumulação de capital não poderia ser realizada no âmbito produtivo, portanto volta-se ao financeiro. (MÉSZÁROS, 2011).

O capitalismo organizado que ocorrera nos Anos Dourados não havia resolvido os problemas intrínsecos do capitalismo, e a crise que ocorrera no final desse período poderia ser considerada ainda mais grave que a Grande Depressão, de 1922 a 1933, tendo em vista seu caráter global, pela primeira vez na história. (MÉSZÁROS, 2011).

Mészáros (2011) identificou esse processo no começo dos anos 1970, em que *“formas tradicionais de enraizamento hierárquico-estrutural da divisão funcional do trabalho tendem a se desintegrar, sob o impacto da concentração do capital e da socialização do trabalho sempre crescentes”*.

Os processos econômicos e tecnológicos criaram um pano de fundo para organizações industriais vulneráveis, em comparação com as organizações fabris do século XIX, que refletem em greves extensas, de até mesmo um ramo industrial. Os trabalhadores ocupam uma posição importante para a continuidade do curso capitalista, mas, permanecem excluídos do controle da produção e distribuição. (MÉSZÁROS, 2011).

A função do controle social foi retirada do corpo social e transferida para o capital, ao decorrer do desenvolvimento humano. O capital, então, agrupou os indivíduos de acordo com a maior ou menor participação no controle da produção e distribuição,

criando um padrão hierárquico estrutural e funcional. Porém, Mészáros via o movimento do capital em todas as esferas criando resultados que eram opostos aos interesses do próprio capital. (MÉSZÁROS, 2011).

O capitalismo oligopolista dos Anos Dourados, opondo aos anseios do capital, não criou um sistema mundial para expansão do capital, mas o concentrou em uma acumulação local; a divisão do trabalho foi feita de forma parcial e local do trabalho, e não divisão internacional de maneira ampla. Portanto, no processo de expansão e concentração do capital, o poder do controle social tem sido conferido de volta ao corpo social como um todo. Mészáros atribui esse processo graças a própria irracionalidade inerente ao capital. (MÉSZÁROS, 2011).

O domínio de oligopólios e superconglomerados, superando as empresas paternalistas, trouxeram a necessidade de assegurar a continuidade da produção do sistema como um todo. O estreitamento das partes, para garantir a continuidade da produção, leva a um distúrbio de que tudo afeta a cadeia inteira, não há problemas isolados, as complicações são rapidamente transferidas. (MÉSZÁROS, 2011).

Mészáros via o processo em curso nos anos 1970 como uma crise do controle social em escala mundial. O capital, embora longe do esgotamento, não conseguia mais se expandir, e, referente ao controle social, a forma estabelecida pelo capital com estímulo a individualização, competição excessiva, é um modo incapaz de prover as necessidades de controle da sociedade. (MÉSZÁROS, 2011).

Em uma sociedade com crises ecológicas e militares, os limites do capital eram evidenciados em conjunto com os limites da existência humana, embora de forma não revolucionária, de abolição do sistema, estava em pauta a necessidade de alternativas. (MÉSZÁROS, 2011).

“(...) pela primeira vez na história humana, a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, de controle social estão encontrando sérias resistências.” (Mészáros, 2011, p. 58).

Porém, as Décadas de Crise após 1973, não representaram uma Grande Depressão. A economia mundial continuou crescendo, embora em um ritmo mais lento aos Anos Dourados, com exceção de países com recente industrialização. O comércio

internacional continuou crescendo, principalmente de produtos industriais. (HOBBSAWM, 1995).

Mazzucchelli, analisa que a ruptura do consenso keynesiano, ou os Anos Dourados, se deu devido à diversas circunstâncias. O investimento forte e a modernização da matriz industrial, que ocorreu ao longo dos anos 1950 e 1960, mostrou sinais de esgotamento e estreitamento de oportunidades. A redução na taxa de investimento levou a redução na produtividade, impossibilitando a manutenção dos ganhos para os salários reais e reduzindo a taxa de lucro. (MAZZUCHELLI, 2014).

Além disso, o questionamento do dólar teve grande papel nas transformações ocorridas nos anos 1970. Havia dúvidas sobre a total conversibilidade do dólar, como havia sido acordada em Bretton Woods, pois os dólares em circulação aumentaram e o ouro, claramente, não se alterou. (MAZZUCHELLI, 2014).

Os questionamentos da hegemonia americana vieram principalmente de como os Estados Unidos financiavam seus déficits no balanço de pagamentos. Contando com a moeda chave internacional, bastava emitir mais dólares para financiar os déficits, e, como o mundo praticava taxas de câmbio fixas, contavam com um “privilegio exorbitante”, como caracterizou De Gaulle. De outro lado, havia um descontentamento por parte dos Estados Unidos com o protecionismo europeu e japonês, que após todo o aparato na reconstrução, não possuíam a abertura comercial que gostariam. (MAZZUCHELLI, 2014).

A ordem política começou a apresentar fraturas, que foram duramente atingidas com o fim da conversibilidade da moeda americana para o ouro, rompendo com as convenções de Bretton Woods. (MAZZUCHELLI, 2014).

3.2 – Anos 1980: Endividamento público

Crise devido à excesso de democracia?

O mainstream do pensamento econômico muito fala sobre a crise das finanças públicas como um reflexo da “Tragédia dos Comuns” de Hardin, em que quando um recurso não é propriedade privada de ninguém e todos têm acesso livremente, esse recurso se esgotará muito rapidamente. Isso por causa da tendência natural,

diagnosticada por Hardin, dos indivíduos de querer tirar mais desse bem comum do que podem oferecer. Nesse sentido, as finanças públicas são consideradas um bem comum, que, por meio da democracia, é explorada livremente por seus cidadãos. Os políticos, querendo agradar seu eleitorado, não se preocupam com o caráter limitado dos recursos disponíveis, gastando mais que o Estado arrecada. (STREECK, 2018).

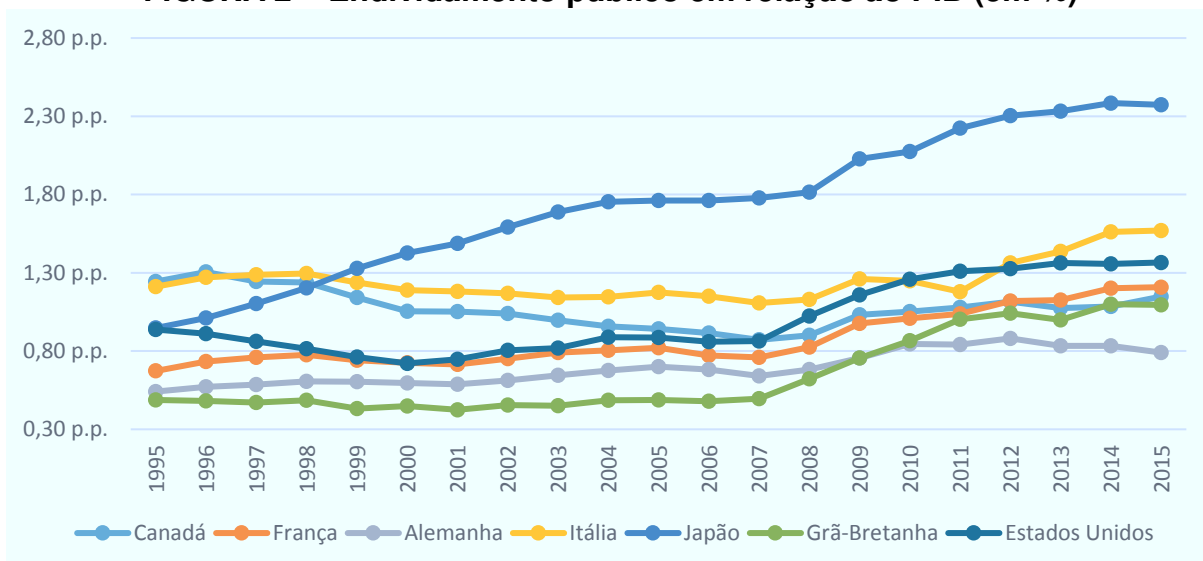
Essa irresponsabilidade com o bem comum que leva a crise das finanças públicas, na perspectiva da teoria econômica convencional, é devido as relações de propriedade não esclarecidas. E demonstram, segundo essa teoria, que a democracia fracassou ao conceder poder de voz aos cidadãos em questões, finanças públicas, que não os são adequados. (STREECK, 2018).

Streeck (2018) discorda que as finanças públicas sofrem excesso de democracia, podemos perceber isso ao analisar o endividamento dos países centrais, os maiores aumentos nesse indicador não foram devido à reivindicação democrática dos cidadãos. Em 2008, essa reivindicação foi na verdade dos grandes bancos, com a retórica “*too big to fail*”, ou seja, eram ditos como essenciais para o sistema, portanto precisariam de um resgate do governo.

A crise inflacionária dos anos 1970 resultou na “progressão fria”, em que as faixas de imposto de renda não são ajustadas pela inflação, o que concluiu em perdas reais de rendimentos e uma movimentação, principalmente da classe média, de redução de impostos. Com a estabilização monetária bem-sucedida, desde então é virtualmente proibido aumentar as receitas do Estado. (STREECK, 2018).

Na doutrina neoliberal, os chamados “incentivos ao desempenho” também eram pautados, mas sem cogitação estarem relacionados ao aumento das receitas estatais. Esses incentivos poderiam ser por meio de redução das prestações sociais e salários, para a base, massa de trabalhadores. Ou também, por meio do aumento de salários e diminuição de impostos, para o topo da cadeia. (STREECK, 2018).

Para a crise americana do endividamento público, as causas devem ser procuradas nas receitas e nas despesas estatais. Com maior adesão popular à campanha contra impostos, foi possível atingir outro objetivo maior: a descontinuidade de programas sociais financiados pelo Estado, que se iniciou nos anos 1970, mas está vigente ainda hoje. O slogan dessa campanha bem-sucedida é *starving the beast*, ou seja, matar o monstro (Estado) de fome. (STREECK, 2018).

FIGURA 2 – Endividamento público em relação ao PIB (em %)

Fonte: OECD. Elaboração própria.

O Estado se transformou, portanto, de um Estado Fiscal para um Estado Endividado, em que as despesas são financiadas por emissão de dívida, contraindo empréstimos, e não pela arrecadação de impostos. Para atender as necessidades cada vez maiores de crédito das indústrias modernas, o sistema financeiro teve que se expandir para além das fronteiras internacionais. Esse movimento teve início nos anos 1980 e representou o processo de “financeirização” do capitalismo. (STREECK, 2018).

O patrimônio e rendimento das classes superiores têm aumentado rapidamente nos últimos anos, e, alinhado com a redução de impostos para essa classe abastada, levou a um déficit estrutural das finanças públicas. Enquanto, nas classes mais baixas, há uma estagnação dos salários, ou até diminuição. Com isso, Streeck (2018) não aceita a tese do common pool, em que o endividamento do Estado é devido à excesso de democracia.

O endividamento do Estado se configura em usar um recurso que ainda não existe, pois se toma que o Estado ainda não arrecadou por meio de impostos. Há um pré-financiamento pelo sistema monetário das receitas futuras fiscais do Estado. Com o fim da inflação, e manutenção de benefícios do Estado de Bem-Estar Social, a dívida nacional em relação ao seu produto interno aumentou. (STREECK, 2018).

O endividamento público crescente atribui aos Estados uma nova função, de garantir o alto nível de confiança perante ao mercado financeiro. O que reduz a soberania dos Estados e submete a política estatal à disciplina do mercado financeiro.

“O Estado democrático governado pelos cidadãos e, enquanto Estado fiscal, alimentado por eles, transforma-se no Estado democrático endividado mal sua subsistência deixa depender exclusivamente das contribuições dos cidadãos para passar a depender, em grande parte, também, da confiança de credores” (STREECK, 2018, p. 125).

O Estado democrático endividado, segundo Streeck (2018), passa a atender dois povos. O Povo do Estado, ou seja, os cidadãos em âmbito da nação, que possuem direitos civis e, por meio de eleições, estabelecem a voz dos cidadãos no governo Estatal. O segundo povo é o Povo do Mercado, que não se restringe apenas ao território nacional, pois é formado por investidores. Esse povo não tem direitos, mas exigências, e são credores da dívida pública. (STREECK, 2018).

A política estatal submetida às forças do mercado enfraquece o povo do Estado, que, em momentos de crise, não são priorizados em detrimento do mercado. Pelo contrário, o Estado em sua busca incansável da “confiança dos mercados” impõe medidas de austeridade fiscal que causam diversos malefícios para sua população, mas são bem vistas ao mercado. (STREECK, 2018).

Além disso, a política do Estado moderno endividado se complica ainda mais por estar em âmbito internacional. O conflito distributivo entre o povo do Estado e do Mercado se resolve, ou não, por meio da complexa diplomacia internacional, com órgãos supranacionais que atendem às necessidades do mercado e dos países centrais, Streeck analisa:

“O que está em causa na política do endividamento, porém, é muito mais sério. O fato da governance internacional ter sido encarregada da supervisão e regulação fiscal de governos nacionais ameaça fazer com que o conflito entre o capitalismo e a democracia seja decidido durante muito tempo, senão para sempre, a favor do primeiro, dada a expropriação dos meios políticos de produção dos povos dos Estados” (STREECK, 2018, p. 134).

Mészáros (2011), analisa que a dívida dos países latino-americanos nos anos 1980 era um problema grave e com implicações perigosas no sistema bancário como um todo, porém a dívida americana nesse mesmo período, não era confrontado. As partes interessadas, isto é, países europeus e o Japão, não se pronunciaram sobre esse fato, pois são extremamente dependentes dos mercados norte-americanos e da liquidez gerada pela dívida americana. Portanto, enquanto ajudam a promover a

economia hegemônica, os países europeus aumentam sua exposição à dívida, assumindo todos os riscos. (MÉSZÁROS, 2011).

Como aponta Mészáros,

*“O senador McGovern¹, à época de sua campanha pela presidência, assinalou que os Estados Unidos faziam a Guerra do Vietnã com **cartão de crédito**. Desde então, o capital dos Estados Unidos capacitou-se a perseguir alvos muito maiores em termos financeiros. Sua profunda penetração, não apenas no “Terceiro Mundo”, mas também no coração do “capitalismo avançado” do Ocidente, por meio do implacável avanço de seu imperialismo de cartão de crédito, aponta para uma importante contradição, que não pode ser encoberta indefinidamente mesmo pelos mais servis “governos amigos” (como o governo conservador de Thatcher, atualmente de plantão na Grã-Bretanha) ”.* (MÉSZÁROS, 2011, p.39).

A posição hegemônica americana, que persiste desde o acordo de Bretton Woods, permite que sua economia cresça enquanto o resto do mundo sustente sua dívida. Isso somente é possível pois, no acordo feito após a Segunda Guerra Mundial, havia viabilidade econômica para tanto. A economia americana era de longe a mais poderosa do mundo e, com o acordo em Bretton Woods, criando todas as instituições econômicas internacionais baseada em seu privilégio. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, as organizações comerciais foram criadas, e ainda são, sob o domínio dos Estados Unidos. Criando um novo Bretton Woods, a economia americana perderia seu poderio diante novas reformas e regulações, o que há baixas probabilidades de acontecer. (MÉSZÁROS, 2011).

3.3 – Anos 1990 e 2000: Endividamento privado e Crise Financeira

Nos anos 1990, houve uma maior preocupação em relação ao peso da dívida pública no orçamento dos governos, e os credores começaram a duvidar a capacidade de pagamento do Estado. Clinton fez sua campanha em base na redução da dívida, e corte de gastos sociais, o que reverberou para o mundo, com FMI fiscalizando. (STREECK, 2018).

Estabelecia-se então a reforma neoliberal do Estado que foi amplamente implementada na economia mundial. A consolidação das finanças públicas por meio

¹ George McGovern foi um político americano, senador do Partido Democrata. Foi candidato à presidência em 1972, porém perdeu para Richard Nixon.

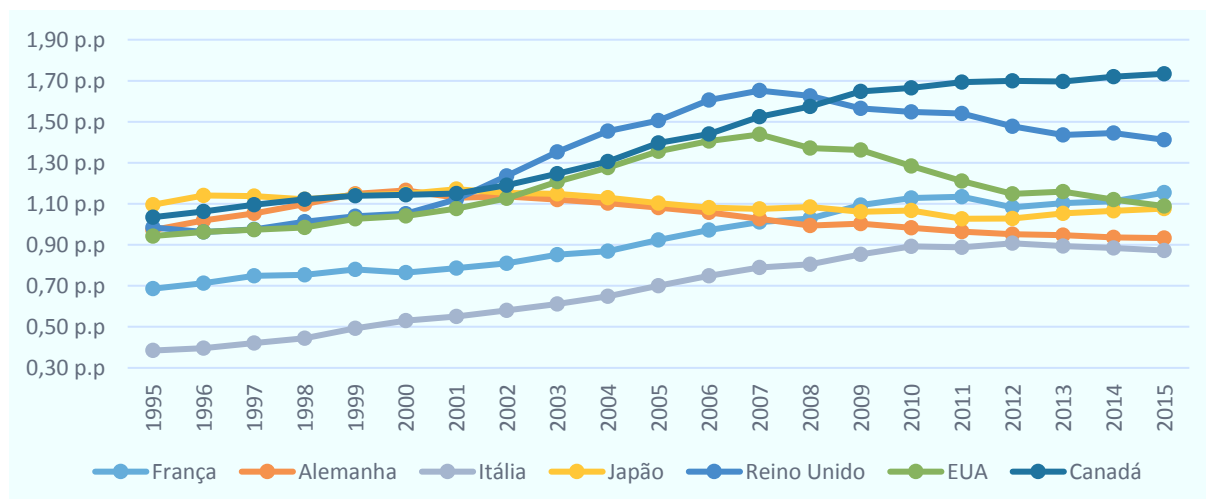
de privatização, reduziu as tarefas atribuídas ao Estado durante os Anos Dourados, atribuindo a responsabilidade de saúde, formação, nível de emprego, para o mercado e às famílias. (STREECK, 2018).

A gasto público foi, então, substituído pelo endividamento privado. Essa segunda onda de liberalização dos mercados de capitais permitiu às famílias uma solvência antecipada, e desafogou do Estado que precisava reduzir seus gastos. Esse processo foi o que Colin Crouch chamou de keynesianismo privado. Há uma antecipação do poder de compra, o Estado compensa perdas de rendimento na atividade remunerada e das prestações sociais com o endividamento privado, transferindo o risco para as famílias. (STREECK, 2018).

A nova onda de internacionalização da economia nos anos 1990 contribuíram para a redução do pagamento de impostos por parte de grandes empresas. Os Estados estavam sujeitos à concorrência fiscal mundial, empresas ameaçavam mudar suas sedes com objetivo de redução tributária. (STREECK, 2018).

A política de consolidação, fez com que o Estado diminuísse sua taxa de endividamento, e as famílias aumentassem, fazendo com que o endividamento global aumentasse consideravelmente. Isso em uma forte onda neoliberal na teoria econômica, em que se acreditava no poder de autorregulação e punição do mercado. A proteção social do pós-guerra foi inserida em um contexto privado, não é responsabilidade do Estado. (STREECK, 2018).

FIGURA 3 – Endividamento das famílias em relação ao PIB (em %)



Fonte: OECD. Elaboração própria.

A vitória do neoliberalismo sobre o capitalismo reformado do pós-guerra resultou na perda de poder político das democracias de massas. Na medida em que os primeiros déficits ocorridos nos anos 1980 levaram a altas taxas de desemprego e disciplinamento do movimento sindical e sua militância salarial. Que abriram espaço para reformas expressivas nos mercados de trabalho e dos sistemas de seguridade social. (STREECK, 2018).

Esse movimento, alinhado com o aumento expressivo da desigualdade de renda nos países centrais, invalida a tese dos economistas do mainstream. Excesso de democracia não produziria uma sociedade tão desigual, em que o 1% mais rico está aumentando cada vez mais sua parcela da riqueza nacional. No governo Clinton, o 1% mais rico norte-americano, era beneficiado por 45% do crescimento global dos rendimentos. No governo Bush II, esse valor subiu para 65%, e em 2012, o 1% mais rico se beneficiava de 93% do crescimento global dos rendimentos. (STREECK, 2018).

A democracia foi derrotada pela Reforma Neoliberal também nas urnas. A participação dos cidadãos nas eleições é cada vez menor. Em oposição aos Anos Dourados, em que essa participação aumentou em todos os países centrais, há uma tendência sem indícios de reversão, de baixa participação em eleições nacionais e regionais. E isso não se deve ao aumento da satisfação dos cidadãos e a falta de necessidade de intervenção. Muito pelo contrário, na Alemanha, as regiões com maiores taxas de desemprego e utilização do sistema de seguridade nacional, são as que apresentam menores taxas de participações em eleições. (STREECK, 2018).

Esse movimento pode ser explicado pela política da falta de alternativa, cuja retórica TINA (There is no alternative), está muito bem enraizada nas parcelas das sociedades que mais precisam. Esses se acomodaram aos problemas causados pela Reforma Neoliberal, e não conseguem vislumbrar uma alternativa partindo de partidos políticos, e governos. (STREECK, 2018).

A atual crise financeira e aumento da dívida pública tem origens, portanto, nas reformas neoliberais e também, na desmobilização político-partidária. Contudo, a causa raiz da subida da dívida está relacionada a um problema de funcionamento do

Estado moderno, que já havia sido diagnosticado no século XX. A capacidade de extrair recursos de uma sociedade de proprietários privados do Estado para cumprimento das suas tarefas, sempre em crescimento, está comprometida, não no lado das despesas, mas nas suas receitas baixas demais. (STREECK, 2018).

Todavia, a crise de 2008 mostrou uma falência desse modelo neoliberal. O colapso do sistema financeiro fez com que o Estado entrasse em cena, assumindo crédito podre e salvando financeiras que não estavam em seu escopo de trabalho. É cada vez mais difícil diferenciar dinheiro público do privado. (STREECK, 2018).

As crises subsequentes evidenciam como o capitalismo tem comprado tempo para não entrar em colapso. Nos anos 1970, usou o artifício da taxa de inflação, que foi suprimida e substituída pelo endividamento público, na década de 1980. Esse aumentou rapidamente até 1993, com Clinton e sua política de consolidação orçamental. Mas essa política apenas acelerou o endividamento privado. A primeira fase de desendividamento privado começou um pouco antes da crise de 2008, mas suas consequências fizeram com que houvesse uma escalada novamente na dívida pública. (STREECK, 2018).

Não há, portanto, uma solução para as crises do capitalismo. Compra-se tempo para o sistema não ruir em si mesmo, criar ilusões de crescimento e prosperidade. Que funcionam até um certo ponto, mas se tornam problemas, e impedem o processo de acumulação capitalista, ao invés de promove-lo. (STREECK, 2018).

4 – O FIM DO CAPITALISMO

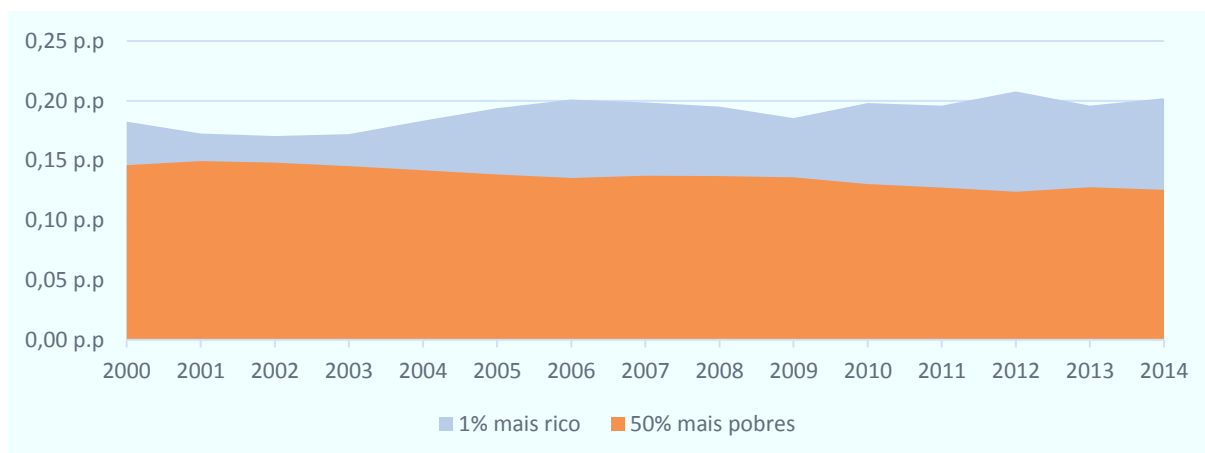
O capitalismo é uma formação social, portanto, tem um início e um fim. Para Streeck (2014), os sinais de esgotamento do capitalismo estão claros e inegáveis, com o predomínio de três tendências da crise: o crescimento declinante, agravado pela crise econômica de 2008; o aumento da dívida de famílias, bancos e Estados, que está em uma trajetória ascendente desde os anos 1980; e, o aumento da desigualdade de renda e aumento da riqueza.

Essas três tendências se reforçam mutualmente. O baixo crescimento contribui para a desigualdade, pois intensifica o conflito distributivo, entre salários e lucros. A desigualdade faz crescer o crescimento por conter a demanda efetiva. Os níveis altos de endividamento entopem o setor de crédito e aumenta o risco de uma crise financeira. Um setor financeiro excessivamente grande é, ao mesmo tempo, resultado e aumenta a desigualdade. (STREECK, 2016).

E essas tendências são de longo prazo, não momentâneas ou coincidentes. Nada em vista pode quebra-las, observa-se uma sequência de crises econômicas e políticas, e foram as mesmas para todos os grandes países capitalistas, Europa e Estados Unidos, cujas economias não estão realmente em equilíbrio desde o fim do crescimento pós-guerra. (STREECK, 2016).

O quantitative easing como solução para a Crise Europeia, mantendo as taxas de juros baixas e o acúmulo de dívidas sustentável, se mostrou aprofundar a desigualdade e auxiliar no processo de criação de bolhas no mercado de capitais, que eventualmente, entrarão em colapso. O momento de crise é refletido na falta de orientação política e econômica. Não sabemos qual será o próximo passo, se é necessário aumentar gastos ou cortar para promover o crescimento, se a deflação é um problema como a inflação. (STREECK, 2016).

FIGURA 4 – Rendimentos antes de impostos em relação ao PIB do 1% mais rico e 50% mais pobre nos Estados Unidos (em %)



Fonte: World Inequality Database (WID). Elaboração própria.

Desde a crise de 2008, não há uma fórmula para o crescimento. Até os anos 1970, o crescimento partia da redistribuição do topo para a base, com o expressivo consumo de massa e urbanização. Mas o capitalismo administrado pelo Estado falhou, os donos do capital se revoltaram contra esse modelo, sendo ele muito custoso. Com o advento do neoliberalismo, instaurou-se o capitalismo do livre mercado, porém que se deu por fim com a crise de 2008. E desde então, como afirma Streeck, os Bancos Centrais agem como um regente esperando um novo rei. (STREECK, 2016).

A crise do capitalismo e sua insustentabilidade deve-se ao fato que o capitalismo se tornara ingovernável. O processo de globalização permitiu que o capital ultrapassasse barreiras nacionais, ficasse além do alcance de governos, desenlaçando o capitalismo enquanto deixa a ação política coletiva fragmentada. (STREECK, 2016). Os governos não têm força o suficiente para barganhar com empresas. A livre mobilidade do capital e sua estrutura produtiva para países considerados mais favoráveis, faz com que não haja organização dos trabalhadores e, também do Estado.

A conversão capitalista de vícios privados em virtudes públicas resultando em uma sociedade estável funcionou apenas na presença de fortes instituições, formais e informais, restringindo os mercados da “ordem do egoísmo”. Mas crescendo além da capacidade em governar, o capitalismo ganhou uma Vitória de Pirro, ou seja, cujas consequências serão devastadoras. (STREECK, 2016).

Isso resulta em uma crise tripla para o capitalismo: bancária, das finanças públicas e da economia real. A crise bancária se deve a concessão exagerada de crédito, público e privado, e há uma parte que se transformou em inadimplente, ou crédito podre. (STREECK, 2018).

Após a Crise de 2008, há uma maior resistência de bancos em emprestar dinheiro uns aos outros. Os Estados poderiam auxiliar o aumento de capital dos bancos, mas os montantes necessários para isso são astronômicos, e os Estados já estão muito endividados. Porém, a quebra de bancos em cadeia pode ser algo muito mais custoso ao sistema capitalista. (STREECK, 2018).

A crise fiscal se refere ao déficit dos orçamentos públicos devido ao endividamento crescente do Estado e obtenção de empréstimos para salvar a indústria financeira, que se iniciou em 2008. O risco de insolvência do Estado faz com que o financiamento da dívida encareça. O Estado, por sua vez, em busca da confiabilidade do mercado, impõe medidas de austeridade fiscal que não ajudam a solucionar a crise bancária, a recessão e prejudica o crescimento econômico. (STREECK, 2018).

Na economia, a crise é refletida pela baixa taxa de crescimento e a elevada taxa de desemprego. Os Estados por um lado com suas políticas de austeridade não servem como um fator de estímulo, e, em um ambiente em crise, reduzem sua arrecadação. As empresas e famílias, altamente endividadas, estão sem acesso ao crédito. A crise econômica agrava a crise fiscal, e, indiretamente, a crise do setor bancário. (STREECK, 2018).

É assim se traça um panorama do fim do capitalismo. Não há uma oposição global anticapitalista para indicar uma outra alternativa. Essa oposição, regional, nacional ou religiosa, inclusive, foi a qual que em outros momentos de crise do capitalismo, estabilizou a sociedade. Preservando a coesão social e permitindo que houvesse cooperação. Por exemplo, sindicatos atuando para assegurar demanda suficientemente grande para a reprodução social. (STREECK, 2016).

Sem oposição capitalista e sem atuação forte de governos, a integração social se coloca em disputa. A ingovernabilidade causou uma erosão de regimes sociais nas fronteiras entre o mercado capitalista e as mercadorias fictícias, ou seja, trabalho, terra e dinheiro. Segundo Polanyi, o capitalismo deseja tornar tudo em mercadoria, mas o sistema somente conseguirá prosseguir se não conseguir, pela sociedade, de

mercantilizar tudo em seu próprio detrimento. Protegendo trabalho, terra e dinheiro da dinâmica do desenvolvimento capitalista requer um governo forte, somente governança não será o suficiente para manter que o capitalismo não vá longe demais e imploda si mesmo. (STREECK, 2016).

A globalização fez com que governos, bancos centrais e empresas financeiras competissem por capital, o que tem gerado um potencial de incerteza e uma ameaça a estabilidade do sistema como um todo. Os regimes de proteção ao trabalho feitos no pós-guerra estão desaparecendo. Há uma forte precarização do mercado de trabalho, em que é criado espaço para o trabalho intermitente, freelancing, trabalho precário. Nesse sentido, o risco do trabalho é individualizado e privatizado, porém a vida e o trabalho se tornam indistintamente fundidos. Os sindicatos e as formas de proteção antiga se tornam cada vez mais irrelevantes. Não há como amenizar os impactos das mudanças tecnológicas, retirada de direitos. (STREECK, 2016).

Nesse cenário de crise, Streeck identifica desordens do capitalismo que não têm reparo, cada uma representando um aspecto diferente da desintegração do sistema. A primeira é a estagnação, o resultado de um longo declínio na taxa de crescimento. Depois, o chamado neo-feudalismo oligárquico, com a junção de poder político e econômico. O deslocamento do destino dos ricos dos pobres, ou seja, o descolamento entre lucros e salários, cada vez sem conexão. O saqueio da economia pública, que já foi um contrapeso importante e da base do capitalismo; a desmoralização sistêmica e, a anarquia internacional. (STREECK, 2016).

Sobre a desmoralização sistêmica, o capitalismo com baixo financiamento fez com que vícios privados se tornassem vícios públicos, privando o capitalismo de sua justificativa moral. Não causa indignação moral quando se ouve de trapagens em busca de lucros, a estrutura montada para o enriquecimento de pessoas já ricas, não causa desconforto na sociedade. Casos de corrupção, uso de informações confidenciais são comuns e corriqueiros. Os bancos americanos foram obrigados a pagar 100 bilhões de dólares devido a seu papel na crise de 2008, porém ninguém foi preso e os casos não chegaram ao julgamento. (STREECK, 2016).

O papel da economia mundial hegemônica foi essencial para que a ordem internacional capitalista se mantivesse estável. A Inglaterra e os Estados Unidos fizeram esse papel por muitos anos. A mudança do país hegemônico para outro era

devido ao questionamento do país hegemônico, que causava um conflito e destruição econômica. Porém, desde os anos 1970, os Estados Unidos não conseguem prover os bens coletivos esperados de um país hegemônico. Se tornado um parasita na economia. (STREECK, 2016).

Não há uma nova sociedade em substituição ao capitalismo. Gramsci afirmou “O velho está morrendo, mas o novo não pode nascer”. Esse período entre sistemas representa um interregno, uma sociedade desprovida de instituições coerentes capazes de normalizar a vida de seus membros, protege-los de acidentes e monstruosidades de quaisquer tipos. A sociedade nessas circunstâncias não tem determinação estrutural, não consegue prover aos seus membros uma forma de organização social. Há a constante improvisação, indivíduos vivem em incerteza, insegurança e anomia social. (STREECK, 2016).

O capitalismo, sofre, portanto, de uma anarquia global. Não está em discussão uma alternativa internacional, com uma nova moeda internacional, ou cesta de moedas, pois os Estados Unidos não irão deixar o privilégio de se endividar na própria moeda. A anarquia ocorre de forma que não há, até o momento, país forte o suficiente para reestabelecer a ordem mundial. (STREECK, 2016).

5 – CONCLUSÃO

Os Anos Dourados do capitalismo foi um período excepcional do capitalismo democrático, principalmente para os países centrais, mas também de grande desenvolvimento dos países periféricos. Porém, como exemplificado no Capítulo 2, esse período foi uma breve exceção do capitalismo, em que a conjuntura política e econômica da Guerra Fria beneficiou a construção do capitalismo regulado, com uma aliança entre o governo e as grandes empresas.

Esse breve período teve seu fim nos anos 1970, segundo Streeck, devido ao descontentamento do capital com as constantes baixas taxas de lucros e a forte regulação estatal. O que encadeou em uma sequência de crises que estamos vivendo até hoje.

Neste cenário de crises, Streeck (2018) vê a morte do capitalismo em iminência. Embora sem saber o que sucede esse sistema internacional, o capitalismo como gerador de crises e sem fundamentação social, não consegue se manter. O grande sucesso do capital fez com que ele extrapolasse os limites impostos por fronteiras geográficas, por questões democráticas, sociais e até morais. Os mercados financeiros estão em constante expansão, se reinventando e ultrapassando essas antigas barreiras.

A inflação dos anos 1970 foi uma maneira de conter o arrefecimento da produção e, conseguinte, queda salarial, depois de uma década de crescimento extraordinário. Foi-se pela saída nominal, e não crescimento real. Porém, os altos índices de inflação tiveram uma E, também, a inflação foi resultado de crises políticas e ameaça a hegemonia americana. A confiabilidade no sistema ouro-dólar foi posta à prova, como demonstrou Mazzucchelli (2014).

A resposta para a crise inflacionária resultou em uma nova crise, de endividamento do Estado, com sua transformação de Estado Fiscal para Estado Endividado, como estiliza Streeck (2018). O forte corte fiscal promovido para estancar o processo inflacionário levou a outro problema. Esse movimento foi em conjunto com uma nova onda de liberal e aumento desenfreado do mercado financeiro.

Os Estados conseguiram honrar as atribuições estabelecidas no pós-guerra devido à emissão de dívida pública. Porém, ao mesmo tempo, esse movimento resultou em um novo e complexo relacionamento do Estado. Agora, não bastava manter um ambiente aceitável para as necessidades de seus leais cidadãos. Mas também, o mercado financeiro, seus acionistas e analistas financeiros, também começaram a demandar dos Estados uma postura pró-mercado, de confiabilidade para honrar as dívidas.

O estrondoso endividamento de alguns Estados – os EUA não foram, por exemplo – resultou em questionamentos do mercado financeiro sobre a honra das dívidas. Formando nos anos 1990, uma nova onda liberalizante e fortalecimento do mercado financeiro.

O Estado, agora, começou a promover ainda mais fortemente cortes governamentais. Transferindo muitas atividades para o âmbito familiar e do mercado, como a seguridade social, a saúde, educação. Além disso, nos anos 1990, o mercado de trabalho estava cada vez mais global, em que empresas se tornaram realmente globalizadas. Em oposição ao período anterior, em que empresas tinham filiais em diversas partes do mundo, mas tinham atividades core concentradas em seus países sede.

O relacionamento entre o povo e o Estado está em constante mutação. Com o fim dos produtos padronizados do fordismo, o modo de vida e produção cada vez mais veloz e descartável, se torna difícil para o Estado conseguir se renovar e manter sua relevância.

O Estado, peça chave da economia democrática dos Anos Dourados, se torna algo em desuso. Como analisa Mészáros (2011), o capitalismo tira o controle social da sociedade e o dá nas mãos do mercado, e o Estado é fraco para manter as necessidades básicas da população.

A crise entre democracia e o capitalismo, apontada por Streeck, se vê cada dia mais presente. O sistema capitalista democrático está em crise no mundo inteiro, com revoltas populares, greves e um sentimento profundo de falta de representatividade.

O segundo turno das eleições brasileiras de 2018 contou com os dois candidatos à presidência com o maior nível de rejeição entre todos os candidatos. Alguns partidos se alimentaram do sentimento que nenhum partido representa o povo.

E essa crise democrática, como mostra Streeck, não é algo recente, mas o culminar de um processo que vem desde o fim do modelo fordista, da revolução tecnológica que ocorreu nos Anos Dourados. O relacionamento dos cidadãos com os Estados se manteve, de certa forma, o mesmo ao longo desses anos, mas as exigências do capital e da sociedade perante ao Estado alterou profundamente.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLUZZO, L. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados**. Campinas: Economia e Sociedade, IE, n.4, 1995

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, T. **Pós-guerra: Uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MATTOS, F. A. M. **Elementos Explicativos da Expansão Econômica Virtuosa dos Anos Dourados (1945-1973)**. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 1. Janeiro/março, 2005.

MAZZUCHELLI, F. **As ideias e os fatos: ensaios em teoria e história**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

MAZZUCHELLI, F. **Nem sempre foi assim: As transfigurações do capitalismo**. Revista Política Social e Desenvolvimento, nº 6, 2014.

MAZZUCHELLI, F. **Os Dias de Sol – A Trajetória do Capitalismo no Pós-Guerra**. Campinas: Facamp Editora, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2ª ed. 2011.

SANTOS, W. G. (1979). **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus (Capítulo 2, pp. 13-36 e capítulo 4, pp. 71-82).

STREECK, W. **How will capitalism end? – Essays on a failing system**. Brooklyn, Nova York: Verso, 2016.

STREECK, W. **Tempo Comprado: A crise adiada do capitalismo democrático**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.